



Hernani Bettencourt\*

## Calço da Furna... mais uma trapalhada sem fim à vista!

A RTP-Açores, no seu Telejornal do passado dia 23 de junho, trouxe novamente à baila, sob o título “requalificação urbana polémica”, a trapalhada das obras no Calço da Furna. Este é um daqueles processos que atesta bem o desnorte de qualquer governação.

No caso, o desnorte, reiterado, é de âmbito municipal. A “novela” a correr no bairro Calço da Furna, na Fajã de Baixo, já teve vários episódios. Todos de qualidade muito má! Este assunto, para além das conversas e mensagens que me foram chegando pelas redes sociais, já foi abordado na Assembleia Municipal de Ponta Delgada (AM).

Julgava eu, até ter assistido ao referido Telejornal, que o assunto estava resolvido. Fui então ver o que tinha sido, formalmente, dito. Na AM de 29 de abril de 2022, quando questionado pelo Grupo Municipal do PS sobre este assunto, o Presidente do Município respondeu que tinha sido “apresentado um projeto pela Câmara Municipal para fazer uma requalificação de todo o bairro e não apenas a substituição do saneamento básico por parte dos SMAS, porém em reunião de Assembleia de Freguesia da Fajã de Baixo, constatou-se que esse projeto não era consensual” (...); foi decidido que o “melhor era fazer um inquérito a todas as moradias (...) ou a todos os residentes, uma vez que dos 400 moradores só apareceram na reunião de Assembleia de Freguesia cerca de 35 a 40 (...)”; que “Se a maioria entender que se deve avançar com o projeto, assim será feito, se a maioria entender que não se deve concretizar o projeto, irá se fazer aquilo que já existia

antes”; e ainda referiu “a possibilidade da constituição de uma Comissão de Moradores, apresentarem um projeto e depois entregarem à Câmara Municipal para poder ser estudado e, se for o caso, implementado.”

Na mesma sessão da AM, interveio o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, para esclarecer que “a Junta de Freguesia só teve conhecimento do projeto para requalificação do bairro do Calço da Furna nos finais de fevereiro (...) e apenas a 7 ou 8 de março é que a Junta de Freguesia foi à Câmara Municipal para conhecimento do projeto”; “o que falhou foi não ter sido dado conhecimento, de imediato, à população, algo que foi sugerido ao gabinete técnico da Câmara Municipal de Ponta Delgada, mas que não foi feito, tendo este gabinete considerado que seria melhor a obra arrancar”, tendo concluído que “deveria ter havido mais comunicação inicial, para que os moradores pudessem conhecer o projeto e então aí arrancar a obra.”

À data, para além de ter ficado evidente a habitual falta de diálogo do atual executivo, ficou no ar a ideia de que o processo em curso seria emendado ainda a tempo. Ideia que, infelizmente, o tempo entretanto decorrido não veio a confirmar.

O que, mais uma vez, se confirma é a sabedora do Povo, que nos diz que o que nasce torto....

\*Jurista



Adriano Batista\*

## O Espírito Santo nas ilhas

Quando se fala nas festas do Espírito Santo há por norma dois tipos de pessoas: aquelas que as desconhecem ou as que imediatamente as associam aos Açores.

Nas últimas semanas, o povo açoriano voltou a expressar a sua fé na terceira Pessoa da Santíssima Trindade com emoção, alegria e saudade. Se a fronteira entre o religioso e o profano é ténue nestas celebrações, certo é que, em relação ao Divino Espírito Santo ou ao Senhor Espírito Santo – como muitos O invocam – há uma reverência e temor que são inexplicáveis. Não se trata de medo, mas de um respeito tão profundo, que a qualquer pessoa que lhe seja solicitada colaboração na realização das festas, raras são as que ousam mostrar-se indisponíveis. “Ao Senhor Espírito Santo nunca se diz que não”, afirmam os mais antigos e muitos dos novos.

Mas que festas são estas? É uma pergunta legítima de quem as desconhece.

Não sendo uma festa com origem nos Açores, foi ali que ganhou maior notoriedade e expressão. E superou de tal modo a “original” – em Alenquer – que hoje, falar das festas do Divino Espírito Santo é falar dos Açores. É falar dos 9 pedaços de terra espalhados no meio do Atlântico que se confiam à proteção do Divino. O arquipélago e as festividades fundiram-se de tal maneira, que hoje são sinónimos. Este culto tão vincado nas gentes dos Açores, evoca a partilha de modo sublime. Ela é o norte da bússola deste culto.

Celebrar o Espírito Santo num arquipélago fustigado por vulcões e terremotos, mas povoado por gente brava, habituada a lutar contra todas as intempéries, tem um significado especial e próprio, porque muitas destas manifestações de fé recordam e atualizam as preces de um povo que se reconhece à mercê de uma qualquer catástrofe. Porém, não caminha sozinho porque a seu lado tem o Divino.

Por estes dias, as festas da partilha por excelência, saíram às ruas para colocar no centro das suas atenções os mais pobres e desfavorecidos. Foi para isto que surgiram e é para cumprir este mandado que devem continuar a existir.

Em quase todas as localidades as mesas apresentam-se fartas. As sopas, as alcabras, a massa sovada, o arroz doce, o pão e o vinho existem em abundância. Não há nada que falte e todos têm o necessário para que não existam privações, pelo menos nestes dias. Não há (ou não devia!) rico nem pobre, pessoas de primeira e de segunda. Todos são irmãos! E esta filiação fraterna acontece, porque

no centro está Aquele que é a origem de tudo. N’ Ele e com Ele, compreendemos que somos irmãos sentados à mesma mesa.

O Espírito Santo tem também a sua casa – os impérios. A sua arquitectura é variada e muda bastante de ilha para ilha. Todavia, o essencial do mesmo é o trono/altar onde estão em destaque as coroas, levadas depois à igreja para que algumas pessoas possam ser coroadas. Tal acto quer implorar a bênção de Deus.

Regra geral, são coroados os imperadores ou mordomos (a designação também varia de ilha para ilha) que organizam as festas e/ou alguns membros das suas famílias.

Em certas localidades, existem mordomos, nomeados a cada ano, que têm a missão de organizar a festa do ano seguinte. Noutros casos, ou noutras ilhas, há uma pessoa que fica responsável por cada dia de festa, com o intuito de custear as despesas da refeição (as sopas do Espírito Santo). Essa refeição, chamada de “função” ou “serviço”, é muitas vezes, fruto de uma promessa ao Divino Espírito Santo. Em ambos os casos, deseja-se que sejam abertas à comunidade, para que o espírito da partilha, que norteia a celebração, jamais seja descurado.

Se na dimensão religiosa temos vários símbolos, como a coroa, o ceptro, o estandarte/bandeira, a vara ou a lanterna, as festas revestem-se também de um convívio que vai para lá da mesa. Isso passa, por exemplo, pelos bailes, bodos de leite (com distribuição de pão, leite e nalguns casos, vinho) ou pelo Pezinho que é uma moda regional, habitualmente associada aos cortejos dos bezerros. No decurso do mesmo, que se realiza a pé, pode-se passar pelas casas das pessoas que ajudaram o mordomo na preparação da festa e/ou por determinadas instituições da freguesia. Esta moda termina sempre no império e serve de agradecimento a todos os que ajudaram o mordomo.

As formas de festejar são múltiplas. Todavia, o desejo de que todos se sintam irmãos é exactamente o mesmo.

Foi com este desejo que as festas se estenderam a outros locais. Os da emigração açoriana, onde aqueles que deixaram a sua terra fizeram questão de levar consigo um pouco das suas raízes, e outros, em Portugal, que a partir de Alenquer, tomaram para si estas celebrações.

\* O autor escreve de acordo com a antiga ortografia